

EDUCAÇÃO SEXUAL NA PRIMEIRA INFÂNCIA: ANÁLISE DAS QUESTÕES DE GÊNERO



<https://doi.org/10.22533/at.ed.9541225180310>

Data de aceite: 02/04/2025

**Juan Pablo Picasso Senna da Silva
Mendonça**

Natalia Maria da Silva Santos

RESUMO: Este trabalho analisa as questões de gênero no contexto da educação sexual na primeira infância, com base na contribuição teórica de autores como Louro (1997), Finco (2009), Ruis (2015), entre outros. A educação sexual é apresentada como um direito essencial para o desenvolvimento integral das crianças, devendo promover o respeito à diversidade e o combate às desigualdades sociais. A fundamentação teórica baseia-se na compreensão do gênero como construção social (Scott, 1995) e na perspectiva crítica da sexualidade (Foucault, 1999; Weeks, 2016). Foram utilizados procedimentos metodológicos de abordagem qualitativa, conforme Bogdan e Biklen (1994) e pesquisa-ação descrita por Thiollent (1986). Os resultados indicam a importância de práticas pedagógicas inclusivas que consideram as múltiplas identidades presentes na escola e que promovem a desconstrução de estereótipos. Além disso, destaca-se a necessidade de formação docente adequada para abordar questões

de gênero e sexualidade de forma ética e responsável. Conclui-se que a educação sexual, fundamentada em princípios éticos e científicos, deve ser incorporada como prática educativa transformadora e inclusiva, contribuindo para a formação de uma sociedade mais justa e equitativa.

Palavras-chave: Educação sexual; Gênero; Educação Infantil; Formação Docente; Inclusão.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo apresentar uma análise das questões de gênero no contexto da educação sexual na primeira infância. Para subsidiar esta análise, utilizamos autores que discutem as relações de gênero no espaço escolar e na educação infantil, como Louro (1997), Finco (2009) e Ruis (2015), entre outros. A educação sexual é um direito de todos e permite que os indivíduos que recebem essa formação garantam seus direitos e devam ser inalienáveis, promovendo uma sensibilidade quanto ao cuidado com o próprio corpo e contribuindo para uma

sociedade saudável e consciente. Nesse sentido, é imprescindível ressaltar a dignidade da educação sexual enquanto meio de formação das crianças nas escolas e sua importância singular para a construção de valores sociais.

O professor polivalente assume um papel de grande relevância na educação, este proporciona uma visão ampla e adequada sobre a sexualidade, compreendida não apenas como “sexo”, mas como um conceito que transcende o ato natural de reprodução humana. A sexualidade envolve aspectos emocionais, sociais e culturais. Nesse sentido, esta investigação busca contribuir para a reflexão sobre o tema, oferecendo subsídios que ampliam o entendimento sobre a educação sexual e as questões de gênero.

Convém salientar que, é fundamental aos pedagogos desenvolverem uma compreensão profunda das complexidades que envolvem o gênero e a educação sexual. Ao aprofundar os conceitos fundamentais de gênero, que são relevantes para o contexto educacional na educação infantil, os educadores podem obter uma compreensão abrangente de como as perspectivas das crianças sobre o gênero moldam sua abordagem à sexualidade.

Entretanto, a integração de perspectivas de gênero no currículo escolar apresenta desafios significativos aos educadores, tais como o enfrentamento de estereótipos de gênero e o cuidado com as expectativas construídas na sociedade e nas famílias. Assim, esta pesquisa pretende explorar o papel crucial dos pedagogos na educação sexual, com foco em sua capacidade de integrar de forma eficaz as questões de gênero ao currículo e adotar estratégias que promovam a desconstrução de preconceitos.

É válido afirmar que a criança não se desenvolve exclusivamente no ambiente escolar, mas está inserida em uma rede complexa de relações sociais e culturais que também influenciam sua formação. A sexualidade surge de maneira coletiva, dentro de padrões sociais que são apreendidos e aprendidos no processo de socialização. Dessa forma, atitudes, comportamentos, valores e manifestações ligadas à sexualidade estão presentes desde o nascimento e específicas a base do que se denomina educação sexual.

As escolas desempenham um papel importante na formação de atitudes e conhecimentos sobre gênero e sexualidade, não apenas prevenindo preconceitos e violências, mas também promovendo o respeito à diversidade. Dessa forma, o ensino da educação sexual desde a primeira infância até o ensino superior contribui para a construção de uma sociedade que valorize a igualdade.

O principal objetivo ao promover discussões sobre sexualidade infantil e gênero no ambiente escolar é contribuir para a redução das desigualdades entre homens e mulheres. Incorporar a educação de gênero nos currículos escolares não é apenas uma escolha pedagógica, mas uma necessidade regional e global. Essa perspectiva reforça a necessidade de políticas educativas abrangentes que priorizem a igualdade de gênero, refletindo um compromisso social mais amplo com a eliminação das desigualdades e discriminações sexuais.

De acordo com Louro (1997, p. 89), “o que fica evidente, sem dúvida, é que a escola é atravessada pelos gêneros; é impossível pensar sobre uma instituição sem que se lance mão das reflexões sobre as construções sociais e culturais de masculino e feminino”. Dessa forma, a escola, enquanto instituição de formação humana, transcende seus muros e não pode se limitar a acolher apenas as identificações de gênero tradicionais. Ao contrário, deve promover uma formação igualitária e inclusiva para todos, conforme garante a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em seu artigo 3º: “Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola: Este princípio garante que todos tenham oportunidades iguais de acesso à educação, independentemente de sua origem social, econômica, étnico-racial ou qualquer outra forma de discriminação”.

Com o advento da internet e seu uso cada vez mais difundido, as crianças inseridas nesse contexto podem acabar acessando conteúdos inadequados, o que transforma o papel do professor em um desafio constante para corrigir informações equivocadas. É fundamental que uma escola atue de maneira proativa, proporcionando às crianças conhecimentos corretos e contextualizados sobre sexualidade, sem preconceitos, promovendo uma formação crítica e consciente.

A sala de aula, além de ser um espaço de aprendizagem, deve também constituir-se como um ambiente seguro para que os alunos expressem suas dúvidas e questionamentos, contribuindo para a desconstrução de preconceitos e a construção de uma compreensão mais ampla e inclusiva sobre sexualidade e gênero.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A fundamentação teórica deste estudo se apoia em abordagens que compreendem a educação sexual como um processo educativo abrangente, voltada para o desenvolvimento integral do ser humano e fundamentada na promoção de valores éticos e sociais que buscam a igualdade e o respeito à diversidade. Para isso, é essencial recorrer a autores que discutem os conceitos de gênero, sexualidade e sua relação com a educação infantil.

De acordo com Scott (1995), o conceito de gênero não se limita à diferenciação entre masculino e feminino. Trata-se de uma construção social e histórica que estabelece papéis, comportamentos e identidades atribuídas a homens e mulheres. Para a autora, “o gênero é um elemento constitutivo das relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder” (Scott, 1995, p. 86). A compreensão dessas relações é fundamental para que a educação infantil promova práticas pedagógicas inclusivas que respeitem a diversidade de identidades e expressões de gênero.

Nessa perspectiva, Louro (2000) destaca que a escola, enquanto espaço de socialização e formação, exerce um papel relevante na construção de identidades de gênero e na difusão de discursos que podem fortalecer ou combater preconceitos. Segundo

o autor, “[...] os processos educacionais não só refletem, mas também são produzidos e legitimam determinadas identidades e formas de ser e estar no mundo” (Louro, 2000, p. 63). Desta forma, é imprescindível que os educadores compreendam a importância de uma prática pedagógica crítica e inclusiva, que considere múltiplas identidades e promova o respeito e a igualdade.

A educação sexual, enquanto campo do conhecimento, é compreendida por Foucault (1999) como um mecanismo de controle social articulado por meio de diferentes discursos e práticas pedagógicas. O autor ressalta que “a sexualidade é um dispositivo histórico: não é simplesmente um dado natural que o poder reprime, mas sim algo que é constituído em dispositivos de poder e saber” (Foucault, 1999, p. 12). A partir dessa compreensão, percebe-se que a educação sexual precisa transcender o que é meramente biologicista, propondo-se a questões de gênero e sexualidade sob uma perspectiva crítica e emancipadora.

Outro autor relevante para a fundamentação deste trabalho é Weeks (2016), que discute a sexualidade como um complexo que envolve não apenas aspectos biológicos, mas também culturais, sociais e históricos. Segundo Weeks, “a sexualidade é um produto da história e da cultura, moldada por mudanças econômicas, políticas e ideológicas que determinam o que é considerado normal ou desviante em diferentes contextos sociais” (Weeks, 2016, p. 54). Dessa forma, entende-se que a educação sexual deve ser abordada de maneira ampla, considerando os diferentes contextos e as múltiplas vivências dos sujeitos.

No contexto educacional brasileiro, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (BRASIL, 1996) estabelece em seu artigo 3º que o ensino deve garantir “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”, o que inclui o respeito às diversidades de gênero e sexualidade. Além disso, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (BRASIL, 2017) prevê que a educação infantil deve garantir direitos de aprendizagem e desenvolvimento que contemple a valorização das diferenças e o respeito às diversidades. Dessa forma, é essencial que as instituições educacionais se comprometam com a construção de um ambiente inclusivo, onde a educação sexual seja trabalhada de forma consciente e adequada.

Freire (1996) também contribui significativamente para essa discussão ao afirmar que a educação é um ato político e que o processo educacional deve ser direcionado para a libertação dos oprimidos. Para o autor, “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção” (Freire, 1996, p. 25). Assim, a educação sexual deve ser entendida como uma prática emancipadora, que visa promover a reflexão crítica dos educandos e a construção de novos conhecimentos que possibilitem a compreensão e a problematização dos discursos normativos sobre gênero e sexualidade.

Vale ressaltar que a abordagem crítica da educação sexual na infância não significa importância em concepções ou valores, mas sim proporciona um espaço de diálogo e aprendizagem, onde as crianças podem desenvolver sua autonomia e compreender as múltiplas formas de ser e existir. Como afirma Britzman (1996), “educar para a diversidade é educar para a diferença, não para a exclusão” (Britzman, 1996, p. 134). Essa perspectiva contribui para a construção de práticas pedagógicas que reconheçam e valorizem a pluralidade de identidades presentes na escola e na sociedade.

Portanto, a fundamentação teórica apresentada fornece subsídios para compreender a educação sexual na primeira infância como um processo que deve articular o respeito à diversidade e o combate às desigualdades. O diálogo entre os diferentes autores permite perceber a complexidade do tema e a necessidade de desenvolver práticas pedagógicas que promovam uma educação inclusiva, crítica e emancipadora.

METODOLOGIA

A pesquisa realizada adota uma abordagem qualitativa para a coleta e análise dos dados. De acordo com Bogdan e Biklen (1994), uma investigação qualitativa envolve a obtenção de dados descritivos por meio do contato direto do pesquisador com a situação científica. Essa abordagem do processo de prioridade em detrimento do produto, buscando compreender as perspectivas dos participantes envolvidos e os significados atribuídos às suas experiências.

Segundo Minayo (1994), uma pesquisa qualitativa visa responder a questões específicas e aprofundar-se em aspectos subjetivos, concentrando-se em “[...] trabalhar com o universo de significados, motivações, aspirações, considerações, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e das características que não podem ser determinadas à operacionalização de variáveis [...]” (Minayo, 1994, p. 21-22).

Essa abordagem é particularmente relevante para o presente estudo, pois permite explorar, com profundidade, as percepções e dinâmicas relacionadas às questões de gênero na educação sexual, considerando os contextos socioculturais e os significados que permeiam essa temática no ensino infantil.

A pesquisa também adota os princípios de pesquisa-ação, conforme proposto por Thiollent (1986), que afirma ser possível “[...] estudar dinamicamente os problemas, decisões, ações, negociações, conflitos e tomadas de consciência que ocorrem entre os agentes durante o processo de transformação da situação” (Thiollent, 1986, p. 19). Dessa forma, é possível identificar problemas e desenvolver atividades práticas que contribuam para o desenvolvimento dos educandos e para a ampliação do conhecimento do pesquisador sobre o tema. Esse processo não é individualista, mas coletivo, promovendo um ganho plural no qual educadores e educando ampliam seus saberes e avançam na sua emancipação humana, considerando os aspectos biopsicossociais e éticos da formação educacional.

Ainda de acordo com Thiollent (1986), a pesquisa-ação “[...] amplia o conhecimento científico acerca de questões relacionadas ao lócus da pesquisa; [...]” (Thiollent, 1986, p. 14). A principal característica desse tipo de pesquisa é sua natureza aplicada, que possibilita intervir na realidade investigada e proporcionar melhorias com base na fundamentação teórica levantada.

Os materiais utilizados na pesquisa foram obtidos por meio de plataformas como Google Acadêmico, CAPES e SciELO, utilizando como descritores os termos “gênero” e “educação”. O objetivo dessa busca não foi romper com a ordem social, mas promover uma reflexão crítica sobre uma sociedade ainda marcada por tabus, trazendo essa discussão como uma necessidade do contexto contemporâneo, onde o preconceito persiste como um obstáculo à inclusão e ao respeito mútuo.

Essa pesquisa propõe um diálogo aberto e inclusivo, buscando garantir que nenhum sujeito de direitos e deva ser excluído. Para fundamentar este trabalho, foram utilizados autores como Ruis (2015), Brandão (1982) e Ribeiro et al. (2017), que oferece uma base teórica sólida para a análise das questões de gênero na educação infantil.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Segundo Ruis (2015), “estamos inseridos em um contexto no qual diariamente aprendemos a ser menino e menina através da cultura ofertada nos discursos provenientes da sociedade”. Essa perspectiva evidencia que, desde a infância, os indivíduos internalizam padrões de identificação de gênero que, frequentemente, excluem outras formas de identidade presentes na sociedade. Embora a cultura social seja mista e plural, ela ainda reforça a dualidade de gênero, perpetuando estereótipos e dificultando a aceitação da diversidade. Os meios de comunicação desempenham um papel relevante na disseminação dessas idealizações de masculino e feminino, que são assimiladas precocemente pelas crianças e contribuem para a perpetuação de desigualdades.

Além disso, os veículos midiáticos, ao mesmo tempo que contribuem para reforçar preconceitos, podem ser utilizados como ferramentas poderosas para promover o respeito e a aceitação da diversidade. É possível sensibilizar a sociedade para o reconhecimento de todas as pessoas como sujeitos de direitos, a partir de abordagens inclusivas e educativas. Essa desigualdade social é uma questão central neste estudo, motivando a escolha de trabalhar com professores em processo de formação e com a Educação Infantil, com o objetivo de desenvolver estratégias pedagógicas que promovam a desconstrução de estereótipos desde a infância.

A Educação Infantil é um ambiente fundamental para cultivar o respeito e a empatia, como estabelecido na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Esta etapa da educação básica é organizada por meio de interações e brincadeiras que asseguram seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento: Conviver, Brincar, Participar, Explorar, Expressar e Conhecer-se. Esses direitos demonstram a importância de trabalhar o respeito às diferenças e a valorização da diversidade desde os primeiros anos escolares.

O trabalho docente é outro ponto relevante nos estudos que buscam articular relações de gênero e educação. Conforme aponta Ruis (2015):

O trabalho docente consiste em outro ponto que merece destaque em estudos que procuram articular relações de gênero e educação. No caso da Educação Infantil, tais pesquisas são ainda mais pertinentes pelo fato de serem consideradas como um campo de trabalho feminino. Tal concepção resulta do processo de feminização do magistério, ocorrido no Brasil a partir do século XX (Ruis, 2015, p. 73).

Percebe-se, portanto, que a docência na Educação Infantil é historicamente associada ao gênero feminino, o que reforça a necessidade de promover discussões sobre gênero de maneira crítica e inclusiva.

Os professores, nesse contexto, exercem um papel crucial na formação das crianças, não apenas facilitando discussões sobre gênero, mas também ouvindo ativamente as dúvidas e preocupações dos alunos sobre a sexualidade. Essa abordagem requer que os educadores criem um ambiente seguro e acolhedor, onde os estudantes possam se expressar sem receio de julgamentos ou punições. Contudo, muitos professores ainda demonstram dificuldades em abordar o tema, seja por falta de preparo ou por pressões sociais que desencorajam discussões abertas sobre sexualidade e gênero.

Brandão (1982) corrobora essa visão ao afirmar que:

[...] porque a educação aprende com o homem a continuar o trabalho da vida. A vida que transporta de uma espécie para a outra, dentro da história da natureza, e de uma geração a outra de viventes, dentro da história da espécie, os princípios através dos quais a própria vida aprende e ensina a sobreviver e a evoluir em cada tipo de ser (Brandão, 1982, p. 13).

Essa reflexão evidencia que a educação é um processo contínuo, que ultrapassa os limites da escola e está presente em todos os contextos sociais e culturais.

Além disso, Ribeiro (2017) ressalta que:

Conhecimento histórico é de grande importância como coadjuvante da consolidação da Educação Sexual enquanto campo de ciência e prática educacional. Atitudes e comportamentos sexuais, assim como valores, variam de época para época e de povo para povo. São decorrentes de uma construção histórica (Ribeiro, 2017, p. 12).

Isso significa que o entendimento sobre sexualidade e gênero é dinâmico e constantemente ressignificado ao longo do tempo, exigindo práticas educativas que acompanhem essas transformações.

No entanto, Ribeiro (2019, p. 29) adverte que:

Para que a sociedade compreenda a importância da Educação Sexual, é essencial que sua concepção advinha da construção histórica de seu significado, primeiramente nos ambientes mental e social, e em seguida no ambiente escolar, pois a Educação Sexual é resultante de um processo de preparação da sociedade para sua compreensão, valoração e aceitação. A percepção e concepção da Educação Sexual são influenciadas pela cultura

sexual brasileira: os valores, os tabus, os preconceitos, os comportamentos, as atitudes e o que pensamos constituem os elementos que compõem a nossa cultura sexual. É a cultura sexual brasileira que prepara os ambientes mental, social e escolar para a aceitação da Educação Sexual, desde a Colônia até nossos dias (Ribeiro, 2019, p. 29).

A prática educativa deve, portanto, reconhecer a historicidade e a pluralidade das vivências sexuais e de gênero, promovendo um ambiente escolar que valorize o respeito e a igualdade. Para tanto, é necessário superar as barreiras culturais e sociais que ainda persistem e criar estratégias pedagógicas que contribuam para o desenvolvimento integral dos alunos.

Conforme Pellegrin (2005):

Nesta luta, para que ocorra a libertação dos homens e a verdadeira humanização não podemos depositar conteúdos nos homens, mas reconstruir a práxis juntos a ação e reflexão dos homens sobre o mundo para transformá-lo e problematizá-lo. Neste sentido, educador e educandos se tornam sujeitos do processo, se educam em comunhão e em participação (Pellegrin, 2005, p. 6).

Essa reflexão reforça a importância de uma prática educacional dialógica e crítica, que promove o desenvolvimento integral do educando.

No entanto, é imprescindível que a educação sexual seja tratada com responsabilidade e de maneira acessível, sem que os educadores e educandos se sintam pressionados por tabus ou preconceitos. A educação sexual não se limita a transmitir regras ou normas, mas deve proporcionar o desenvolvimento da consciência crítica e o respeito à diversidade.

Portanto, a educação sexual, fundamentada em princípios éticos e científicos, deve ser incorporada ao processo educativo como uma prática transformadora e inclusiva, que contribua para a formação integral dos sujeitos e para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e equitativa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer deste artigo, buscamos discutir a relevância das questões de gênero na educação sexual na primeira infância, destacando sua importância tanto na esfera social quanto institucional. Esse tema é essencial para o desenvolvimento de práticas educativas que promovam a inclusão, o respeito à diversidade e o combate às desigualdades. Portanto, é imprescindível que os educadores recebam formação adequada e recursos pedagógicos eficientes para abordar essas questões de maneira consciente e responsável.

Os temas relacionados ao gênero e à sexualidade, ao invés de serem tratados como divisores, devem ser integrados ao currículo de forma que promovam a igualdade e a inclusão. A escola, como instituição de formação humana e social, tem um papel essencial na desconstrução de estereótipos e na construção de uma educação que valorize a pluralidade e garanta o acesso equitativo a todos. A adoção de métodos de ensino

inclusivos, acompanhados de programas abrangentes de formação docente, é fundamental para uma compreensão mais profunda das questões de gênero e sexualidade, além de contribuir significativamente para a eficácia da educação sexual.

Abordagens educativas proativas são indispensáveis para lidar com casos de preconceito, violência e homofobia. É necessário que o sistema educacional implemente estratégias eficazes que levem em consideração tanto suas limitações quanto suas potencialidades enquanto prática transformadora. Essa integração favorece o desenvolvimento de uma cultura de respeito e valorização das diversidades, aspectos imprescindíveis para a formação integral dos indivíduos em uma sociedade plural e democrática.

A educação sexual, nesse sentido, surge como um elemento essencial na superação de atitudes preconcebidas em relação ao gênero, permitindo explorar suas complexidades e desafios. Este artigo demonstrou que a educação sexual vai além dos limites físicos da escola, atuando como uma ferramenta de inclusão e acolhimento, essencial para o desenvolvimento integral das crianças. Os educadores, por sua vez, desempenham um papel fundamental nesse processo, uma vez que são aqueles que, junto às famílias, têm maior contato com as crianças durante seu processo formativo, contribuindo para a construção de conhecimentos e valores que garantam seus direitos e deveres.

Além disso, o trabalho evidenciou que a educação sexual deve ser compreendida também como uma questão de saúde pública, reforçando a necessidade de uma prática educativa que reverbere positivamente no contexto social. A formação docente precisa contemplar módulos abrangentes sobre gênero e sexualidade, o que não só aprimora a experiência educacional, mas também estabelece uma base sólida para a prevenção de preconceitos e violências, promovendo um ambiente inclusivo e pautado no respeito mútuo.

O papel das escolas é determinante na promoção da igualdade e na valorização da diversidade, por meio da implementação de políticas educativas que priorizem a inclusão e o respeito às diferenças. A educação infantil, em especial, pode contribuir significativamente para a compreensão dos desafios relacionados à integração de diferentes abordagens pedagógicas para diversos gêneros. No entanto, é necessário considerar que os educadores ainda enfrentam dificuldades ao abordar essas questões, especialmente em contextos marcados por valores conservadores e normas.

As limitações impostas pelo próprio sistema educativo, como a falta de recursos, a formação adequada e o apoio político, exigem uma reflexão crítica sobre as contradições, desafios e possibilidades que caracterizam o cenário atual da educação sexual. É fundamental que pesquisas específicas e intervenções políticas sejam inovadoras para garantir que temas relacionados ao gênero e à sexualidade sejam úteis incorporados aos programas educacionais de forma democrática e transformadora.

Para que uma educação sexual inclusiva e equitativa seja efetivamente consolidada, é necessário um esforço conjunto entre educadores, gestores e formuladores de políticas. Ao promover a conscientização e o diálogo sobre essas questões, possibilita-se a construção de uma sociedade mais justa e acolhedora, onde todos possam se desenvolver

plenamente como assuntos biopsicossociais. Dessa forma, o trabalho docente se reafirma como prática emancipadora e reflexiva, contribuindo para o desenvolvimento integral do ser humano e para a construção de uma sociedade mais igualitária e respeitosa.

REFERÊNCIAS

BOGDAN, RC; BIKLEN, SK **Investigação qualitativa em educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. Porto: Porto Editora, 1994.

BRANDÃO, CR **O que é educação**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Educação é a Base. Brasília: MEC/CONSED/UNDIME, 2017. Disponível em: <https://www.bncn.educacao.infantil.objetivos.de.aprendizagem.de.desenvolvimento.gov.br>. Acesso em: 08 dez. 2024.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br>. Acesso em: 08 dez. 2024.

BRASIL. **Orientações Educacionais Complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN+**. Brasília, DF: MEC, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/CienciasNatureza.pdf>. Acesso em: 08 dez. 2024.

BRITZMAN, D. Educando para a diversidade. In: PEREIRA, M.; LOURO, GL (Org.). **Corpos, gêneros e sexualidades**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1996. p. 134.

FINCO, D. **Educação infantil, gênero e brincadeiras: das naturalidades às transgressões**. Anais da 28ª Reunião Científica da ANPED, Caxambu, 2005. Disponível em: <https://www.anped.org.br/sites/default/files/gt0745int.pdf>. Acesso em: 08 dez. 2024.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade I: A Vontade de Saber**. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

LOURO, GL **Gênero, sexualidade e educação**: Uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997.

MINAYO, MCS (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1994.

PELLEGRIN, FIT **O educador: além de professor, filósofo da educação e líder da transformação social**. Revista Eletrônica Fórum Paulo Freire, Ano 1, n. 1, 2005.

PERNAMBUCO. Secretaria de Educação e Esporte. **Currículo de Pernambuco: áreas das linguagens**. Recife: Secretaria de Educação e Esporte, 2019.

RIBEIRO, PRM **Educação para a sexualidade**. Revista Diversidade e Educação, FURG, v. 2, 2017, pág. 07-15.

RIBEIRO, PRM Desafios contemporâneos em Educação Sexual: a perda do ambiente mental, social e escolar. In: DESIDÉRIO, R.; FIGUEIRÓ, MND; RIBEIRO, PRM; MENDES, POSP; MELO, SMM; MAISTRO, VIA; BASTOS, VC **Interseccionalidade e transgressões em Educação Sexual**. Londrina: Syntagma Editores, 2019, p. 29-39.

RUIS, FF **Ser menino e menina, professor e professora de Educação Infantil**: um entrelaçamento de vozes. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) — Universidade Estadual Paulista, Araraquara.

TANFERI, JA **O papel da educação na sexualidade do indivíduo**: a educação sexual na escola. Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP), 2013. Disponível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2013/2013_uenp_cien_pdp_jorgina_aparecida_tanferi.pdf . Acesso em: 20 conjuntos. 2018.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, 1986.

WEEKS, J. **O Corpo e a Sexualidade**. In: A Sexualidade e a História. São Paulo: Contexto, 2016.